

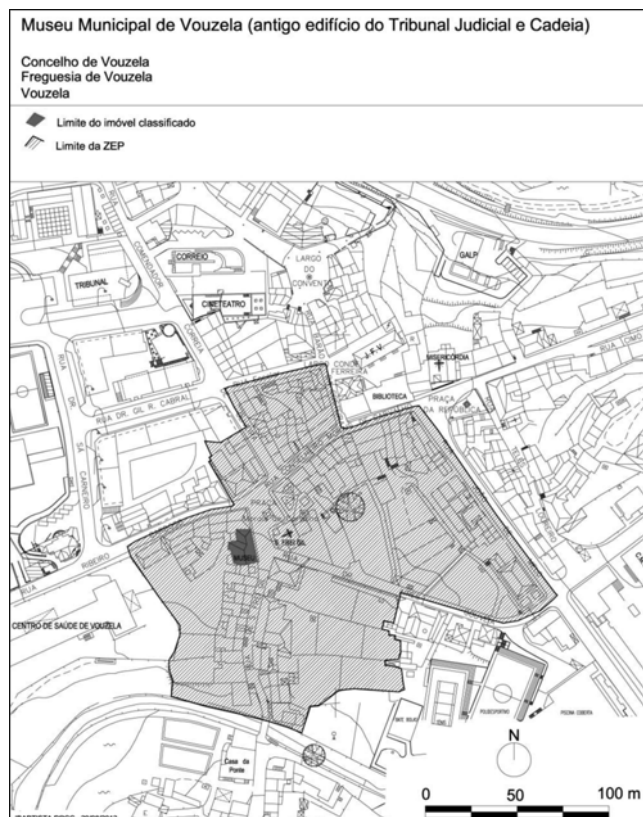
## Artigo 2.º

**Zona especial de proteção**

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

12 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

## ANEXO



25392012

**Portaria n.º 740-BF/2012**

A Igreja de São Julião é a mais antiga da Figueira da Foz, remontando as notícias da sua existência, pelo menos, a 1096. A sua história foi, contudo, bastante conturbada e, apesar das diferentes referências documentais, não é possível conhecer qual a configuração do edifício original.

O templo viria a ser reconstruído no início do século XVIII, levando cerca de 80 anos a ficar concluído. É a esta campanha arquitetónica, realizada entre 1716 e 1782, que remonta a atual estrutura, com planta de uma só nave e fachada flanqueada por torres sineiras, ligadas entre si por uma balaustrada. Esta antecede o frontão de remate do alçado, mais recuado, numa solução que deverá ser posterior ao primeiro projeto. Os restantes elementos da fachada, nomeadamente os diferentes vãos e respetivas molduras, são já uma obra do século XIX e é evidente a linguagem neoclássica, que se impõe à estrutura setecentista.

No interior, os retábulos do altar-mor e dos altares colaterais evidenciam o mesmo cruzamento estilístico da fachada, uma vez que determinados elementos, bem como a tonalidade geral, se aproximam do neoclassicismo. Neste conjunto, ganha especial importância a Capela Funerária, cujo retábulo de pedra, proveniente do mosteiro de Ceíça e representando o Pentecostes, deve ser oriundo das oficinas quinhentistas de Coimbra.

A classificação da Igreja de São Julião, incluindo todo o seu património integrado, reflete os seguintes critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro: interesse do bem como testemunho religioso e o valor estético do bem.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em conta a integração do imóvel na malha urbana e os pontos de vista que constituem o seu enquadramento, nomeadamente a elevação de terreno face à zona onde se implanta. A sua fixação visa salvaguardar a integridade física do edificado urbano e a relação visual do imóvel com a totalidade da envolvente.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, ao abrigo do disposto nos artigos 15.º, 18.º, n.º 1, 28.º, n.º 2, e 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

## Artigo 1.º

**Classificação**

É classificada como monumento de interesse público a Igreja de São Julião, incluindo todo o seu património integrado, no Largo Padre Arménio Marques, Figueira da Foz, freguesia de São Julião, concelho da Figueira da Foz, distrito de Coimbra, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

## Artigo 2.º

**Zona especial de proteção**

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

12 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

## ANEXO



25382012

**Portaria n.º 740-BG/2012**

A Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços laborou cerca de 106 anos, entre 1895 e 2001. O seu período mais importante iniciou-se em 1898, com a criação da Companhia Africana de Pólvora, que se especializou no fabrico de pólvora negra destinada ao mercado de Angola. A planta fabril, fixada numa extensa área, organiza de modo racional as diversas oficinas — secções que distam entre si cerca de 50 m, de acordo com a sequência das várias operações e com as regras de segurança, conferindo ao conjunto algumas particularidades paisagísticas associadas à cortina arborizada envolvente.

O processo de fabrico define naturalmente o circuito da pólvora negra, cujo funcionamento dependia de um motor a vapor instalado numa central que formava o núcleo do recinto fabril. Esta central energética, constituída pela casa da bomba, casa das caldeiras e por uma máquina a vapor da casa Farcot, datada de 1900, forneceu a energia ao circuito fabril até ao seu encerramento. A energia mecânica produzida

nesta central era distribuída por um sistema de transmissões aéreas que percorre todo o circuito, acentuando a singularidade técnico-funcional e plástica desta indústria oitocentista.

Mantendo praticamente inalterados, até ao seu encerramento, a planta fabril, o processo de fabrico, o sistema energético e o modo da sua transmissão, o conjunto que define e integra o circuito da pólvora negra constitui um exemplar único a nível internacional, perpetuando os diversos valores técnicos e industriais fundamentais associados à 1ª revolução industrial que ocorreu em Portugal.

A classificação da Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços reflete os seguintes critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro: o caráter matricial do bem, o seu valor estético, técnico e material intrínseco, a sua conceção arquitetónica e urbanística e a sua extensão e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em consideração a necessidade de preservar as características morfológicas e a imagem histórica e funcional do local, embora permitindo o natural processo de revitalização urbana e social de algumas das áreas envolventes.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, ao abrigo do disposto nos artigos 15.º, 18.º, n.º 1, 28.º, n.º 2, e 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Classificação**

É classificada como monumento de interesse público a Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços, na Quinta da Fábrica da Pólvora, Vale de Milhaços, freguesia de Corroios, concelho do Seixal, distrito de Setúbal, conforme planta de delimitação constante do Anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

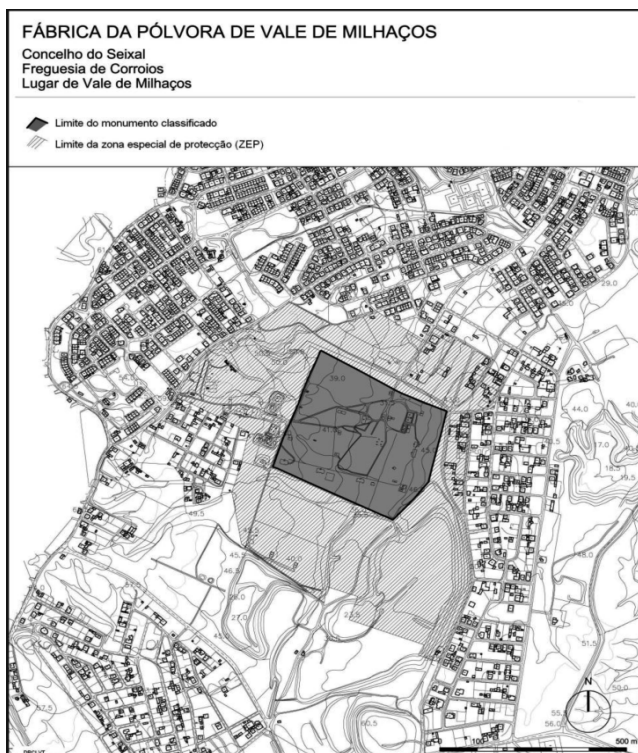
**Artigo 2.º**

**Zona especial de proteção**

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

12 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

**ANEXO**



**Portaria n.º 740-BH/2012**

A Igreja de São Gião, paroquial de São Gião, fundada em 1756, é um dos mais imponentes templos barrocos da região de Oliveira do Hospital. Implantada em lugar destacado, o sóbrio exterior do edifício contrasta com a riqueza do programa decorativo dos interiores, que remonta à segunda metade do século XVIII, destacando-se os tetos apainelados, com cenas da vida de Cristo, da Virgem e dos Santos. Os retábulos de talha dourada conjugam a estrutura rococó com elementos já de gosto neoclássico.

A classificação da Igreja de São Gião, paroquial de São Gião, incluindo todo o seu património integrado, reflete os seguintes critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro: o valor estético e o seu interesse como testemunho religioso.

A zona especial de proteção (ZEP) tem em conta a integração do imóvel na malha urbana e os pontos de vista que constituem o seu enquadramento, de forma a garantir a fruição visual da igreja. A sua fixação visa salvaguardar a integridade física do edificado urbano, de grande proximidade, e a relação visual do imóvel com a totalidade da envolvente.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e nos artigos 25.º e 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Sob proposta dos serviços competentes, nos termos do disposto no artigo 15.º, no n.º 1 do artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 30.º e no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, e no uso das competências conferidas pelo n.º 11 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 86 -A/2011, de 12 de julho, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Classificação**

É classificada como monumento de interesse público a Igreja de São Gião, paroquial de São Gião, incluindo todo o seu património integrado, no Largo da Igreja, São Gião, freguesia de São Gião, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

**Artigo 2.º**

**Zona especial de proteção**

É fixada a zona especial de proteção do monumento referido no artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

12 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado da Cultura, *Jorge Barreto Xavier*.

**ANEXO**

